

ANEXO I

Caracterização das Comunidades

1. Introdução

O presente documento apresenta a caracterização das comunidades que farão parte do projeto proposto de Educação Ambiental para a Baía de Guanabara. A descrição das comunidades diagnosticadas é realizada através da síntese dos aspectos de tradicionalidade, pertencimento e vulnerabilidade identificados em diversas fases do diagnóstico (Macro Diagnóstico, Pesquisa Socioantropológica e Oficinas de Escuta de Narrativas).

2. Recorte Espacial

O território de abrangência da Baía de Guanabara tem como uma das principais características a diversidade de formas de ocupação: áreas urbanas consolidadas com bairros de segmentos médios até áreas de favelas, ocupações por portos, indústrias, áreas de ocupação rarefeita, comunidades pesqueiras, além de unidades de conservação e áreas com remanescentes de ecossistemas característicos dos estuários.

Considerando este caráter diverso e abrangente da baía, no Primeiro Plano de Trabalho foi definido um recorte para o PEA RIO - BG que inclui porções territoriais de 07 municípios do entorno da Baía de Guanabara, a saber: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Este recorte foi estabelecido com a delimitação de uma área de 5 km a partir do espelho d'água da baía, na qual inicialmente se identificou a presença do sujeito prioritário do diagnóstico.

Mediante o conhecimento adquirido nas fases iniciais do diagnóstico foi possível concluir que tal recorte se mostrou adequado aos propósitos iniciais deste estudo. Ainda que o recorte de 5 km tenha se mostrado adequado, identificou-se que no município de Guapimirim não foram encontradas comunidades de pescadores artesanais.

O recorte final, após o término do diagnóstico, além de incluir as comunidades que estiveram presentes até a fase das oficinas de escuta de narrativas, considerou também algumas comunidades onde não houve adesão ou interesse em participar destas reuniões, em detrimento de todas as estratégias e esforços envidados pela equipe de campo nas ações de mobilização e motivação. Espera-se que estas comunidades de São Gonçalo e Niterói venham participar a partir do momento em que o projeto tiver sua implementação iniciada.

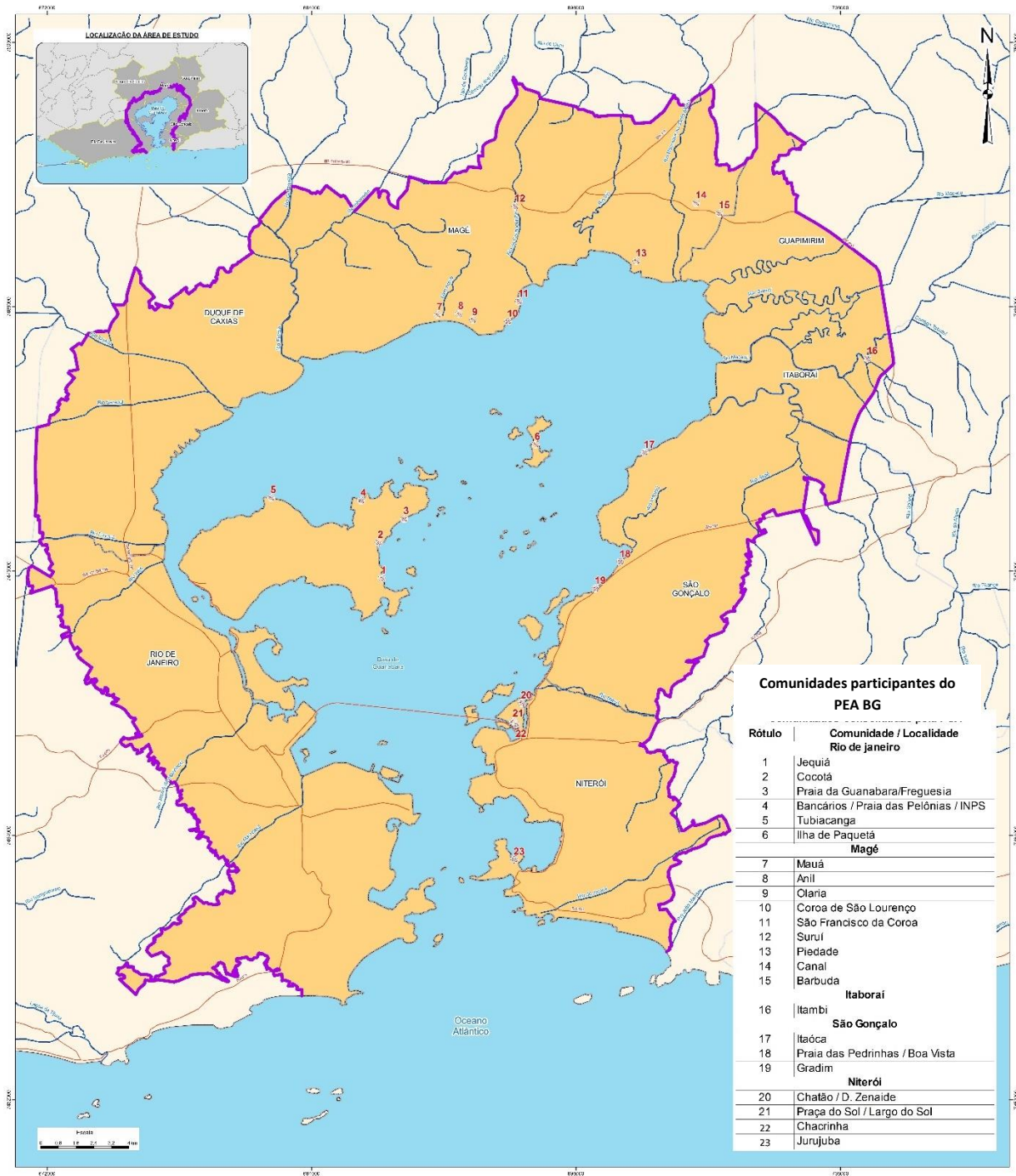
3. Público Definido

O público definido foi identificado com base na sistematização e análise dos dados coletados e produzidos nas diferentes fases do Diagnóstico desenvolvidas entre 2014 e 2016.

Tendo em vista que tanto a análise dos dados secundários, quanto a verificação da realidade social destas comunidades permitiram um melhor detalhamento da situação atual destas comunidades de pescadores artesanais, o quadro de comunidades proposto no início do Diagnóstico foi alterado (inclusões e exclusões) de acordo com as aplicações de filtros de supressão e refinamento dos dados secundários após as visitas ao campo. O **Quadro 1** apresenta as 23 comunidades que foram designadas para participarem do projeto proposto. Suas localizações são apresentadas na **Figura 01** - Comunidades participantes do PEA BG.

Quadro 1 – Comunidades designadas para o projeto

Município	Comunidade
Rio de Janeiro (Ilha do Governador)	Tubiacanga
	Região da Freguesia/Praia da Guanabara
	Bancários/Praia das Pelônias/INPS
	Cocotá
	Jequiá
Rio de Janeiro (Ilha de Paquetá)	Ilha de Paquetá
Magé	Anil
	Olaria
	Mauá
	São Francisco da Coroa
	Coroa de São Lourenço
	Piedade
	Barbuda
	Canal
	Suruí
Itaboraí	Itambi
São Gonçalo	Gradim/Porto Novo
	Praia das Pedrinhas/Boa Vista
	Itaoca
Niterói	Jurujuba
	Chacrinha
	Largo do Sol/Praça do Sol
	Chatão/D. Zenaide



Comunidades participantes do PEA BG

Rótulo	Comunidade / Localidade
Rio de Janeiro	
1	Jequiá
2	Cocotá
3	Praia da Guanabara/Freguesia
4	Bancários / Praia das Pelônias / INPS
5	Tubiacanga
6	Ilha de Paqueta
Magé	
7	Mauá
8	Anil
9	Olaría
10	Coroa de São Lourenço
11	São Francisco da Coroa
12	Surul
13	Piedade
14	Canal
15	Barbuda
Itaboraí	
16	Itambi
São Gonçalo	
17	Ilaóca
18	Praia das Pedrinhas / Boa Vista
19	Gradim
Niterói	
20	Chatão / D. Zenaide
21	Praça do Sol / Largo do Sol
22	Chacrinha
23	Junjuba

Legenda

— Área de Estudo*

Figura 01 -Comunidades participantes do PEA BG

Por meio da PSA foi possível identificar quais comunidades concentravam, de fato, o sujeito prioritário do programa. Além disso, também foi possível verificar quais comunidades apresentavam proximidade e similaridades que permitissem seu agrupamento em núcleos.

Nesse sentido, as comunidades de Barbuda e Canal, no município de Magé, foram agrupadas em núcleo devido ao seu perfil de comunidades ribeirinhas, além do dado de sua proximidade geográfica, expressa pela sua localização em margens opostas do canal Magé-Mirim.

Ainda em Magé, situação similar é observada entre as comunidades do Núcleo Mauá (Anil, Olaria, Mauá, São Francisco da Coroa e Coroa de São Lourenço), que além de localização geográfica contígua, apresentam perfil de comunidades caiçaras localizadas à beira mar e forte tradição na pesca artesanal.

No município de São Gonçalo, pôde-se observar o agrupamento das comunidades pesqueiras que têm no Gradim seu principal desembarque pesqueiro, quais sejam: Gradim, Porto Novo, Praia das Pedrinhas, Boa Vista e Itaoca. Além disso, o Gradim serviu à estratégia de território neutro para acesso aos pescadores artesanais de comunidades nas quais não foi possível a realização direta da Pesquisa Socioantropológica devido a restrições de segurança relativas à presença de grupos do crime organizado, como no caso de Itaoca.

Finalmente, em Niterói, destaca-se a presença do Núcleo Ilha da Conceição, que concentra as comunidades da Chacrinha, Chatão (Dona Zenaide) e Praça do Sol (Largo do Sol), que apresentam alta vulnerabilidade socioambiental e concentração residual de pescadores artesanais.

Desta forma, observa-se que o agrupamento de comunidades em núcleos reflete a identificação de contextos socioambientais mais amplos, que permitiram a observação de similaridades e recorrências nos dados de pertencimento, tradicionalidade e vulnerabilidade entre comunidades.

A seguir é apresentada uma síntese da caracterização destas comunidades.

4. Descrição das Comunidades

4.1. Rio de Janeiro

4.1.1. Ilha de Paquetá

A Ilha de Paquetá se caracteriza, em aspectos econômicos, pela predominância das atividades relacionadas ao turismo (hotelaria, bares, restaurantes e serviços de transporte). A atividade da pesca artesanal nesta comunidade é exercida, atualmente, de maneira residual, com poucos pescadores artesanais atuantes. No entanto, os pescadores artesanais desta comunidade manifestaram alto grau de tradicionalidade e pertencimento, relativos às suas trajetórias familiares e individuais na atividade e ao seu orgulho com relação à comunidade. No que se refere à organização social, deve-se destacar que os pescadores artesanais da Ilha de Paquetá se ressentem da desativação da Colônia de Pesca Z-3, que era sediada na comunidade. Nenhuma outra organização foi identificada no local. As principais vulnerabilidades socioambientais desta comunidade estão associadas com a proximidade de terminais e estruturas de apoio da cadeia produtiva de P&G, que causam interferência na pesca artesanal como danos e perda de materiais, e poluição luminosa e sonora que, segundo os participantes do Diagnóstico Participativo, afeta os estoques de pescado.

4.1.2. Ilha do Governador (Praia da Guanabara, Tubiacanga, Bancários, Jequiá e Cocotá)

De maneira geral, a Ilha do Governador se caracteriza como uma área de crescimento urbano desordenado, que apresenta regiões de urbanização consolidada e população residente de classe média/alta e bolsões de vulnerabilidade social com concentração de população de baixa renda residindo em favelas. Entre as comunidades diagnosticadas observa-se um padrão que segue esta lógica mais ampla. Por exemplo, a comunidade da **Praia da Guanabara** insere-se numa região de urbanização consolidada, com perfil turístico e de veraneio, presença de equipamentos de turismo (como hotéis e restaurantes) e relativa infraestrutura. Já a comunidade de **Tubiacanga**, que ocupa área contígua ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), apresenta perfil de aglomerado subnormal, altamente exposto à degradação ambiental e com indícios de presença do crime organizado no território. A comunidade de **Bancários** apresenta perfil similar, destacando-se, no entanto, pela concentração de áreas de

uso industrial, sobretudo estaleiros. Já em **Jequiá**, observa-se um maior nível de conservação ambiental, tendo em vista que a comunidade se insere na área da Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá (APARU do Jequiá), Unidade de Conservação estabelecida pelo Decreto Municipal Nº. 12.250/1993. Jequiá e Bancários são as comunidades que concentram o maior número de pescadores artesanais, já em **Cocotá** observou-se que a atividade é desenvolvida de maneira apenas residual, uma vez que sequer existe um ponto de desembarque estabelecido neste local. Em Tubiacanga a atividade também se encontra atualmente em declínio, no entanto, esta comunidade manifesta um passado associado à cultura caiçara. No que se refere à organização social, os principais atores são a Colônia Z-10, com sede em Jequiá, e a Associação dos Pescadores de Bancários, na comunidade de Bancários. Em Tubiacanga, deve-se considerar a Associação Livres dos Pescadores de Tubiacanga (APELT), no entanto, tal organização possui escala e atuação de menor abrangência. As principais vulnerabilidades socioambientais identificadas nas comunidades da Ilha do Governador são relativas à carência de saneamento básico, poluição da Baía de Guanabara e aos impactos da cadeia produtiva de P&G, tendo em vista a proximidade destas comunidades com a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e outras instalações desta indústria.

4.2. Magé

4.2.1. Núcleo Mauá (Olaria, São Francisco da Coroa, Coroa de São Lourenço)

As comunidades do Núcleo Mauá são caracterizadas, principalmente, por aspectos de organização social relativos à resistência contra os impactos da cadeia produtiva de P&G. Esta resistência está associada, principalmente, à forte atuação da Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), presidida pelo Sr. Alexandre Anderson. Além desta organização, deve-se destacar a presença da Colônia de Pesca Z-9, que tem sede na praia da Olaria. No entanto, ao contrário da AHOMAR, esta organização não goza de boa avaliação por parte dos pescadores artesanais locais. Tendo em vista se tratar de uma das regiões mais afetadas pelo vazamento de óleo de 2000, estas comunidades apresentam forte resistência à Petrobras. No entanto, tal resistência não impediu a realização das atividades do diagnóstico, pelo contrário, os pescadores se mostraram interessados em participar do processo, porém em vários momentos trazendo para a discussão as questões referentes ao

acidente de 2000. No que se refere às vulnerabilidades socioambientais, observa-se concentração de aglomerados subnormais nas praias da Olaria, e nas comunidades de São Francisco da Coroa e Coroa de São Lourenço, inclusive com a presença de habitações precárias às margens do espelho d'água. O principal ponto de desembarque na região é a Praia da Olaria, única que apresenta infraestrutura para a atracação e o desembarque pesqueiros. Já nos demais pontos, o desembarque acontece na faixa de areia.

4.2.2. Piedade

A comunidade de Piedade apresenta alto grau de tradicionalidade associado à arte do curral, cujas origens remontam à história pré-colombiana e à antiga ocupação Tupi da região. Os pescadores locais também associam sua origem à cultura caiçara. Adicionalmente, esta comunidade caracteriza-se pela carência de equipamentos sociais e públicos. A área de desembarque apresenta um píer construído pela Prefeitura Municipal de Magé com recursos doados pela Petrobras, no entanto, o projeto realizado não atendeu às expectativas da comunidade, aspecto que faz com que a comunidade tenha um conflito estabelecido com o poder público e em muitos momentos defenda a Petrobras. Não foram identificadas organizações sociais representativas dos pescadores artesanais em Piedade. O principal conflito socioambiental identificado nesta comunidade é o conflito com o ICMBio que, segundo os pescadores locais, realizam fiscalização ambiental truculenta e sem diálogo com a população. Além disso, de acordo com os pescadores, o ICMBio, em seus projetos sempre seleciona os mesmos pescadores, sendo que, a maior parte na realidade nem são pescadores.

4.2.3. Núcleo Canal/Barbuda

Comunidades contíguas no bairro da Barbuda, localizadas em margens opostas do Canal Magé-Mirim, as comunidades de Barbuda e Canal são caracterizadas pela carência de serviços de saneamento básico, em conjunto com a carência de equipamentos sociais de educação, saúde e lazer, que aliadas à grave situação de degradação ambiental do Canal Magé Mirim comprometem severamente o índice de qualidade de vida da população local resultando em alto nível de vulnerabilidade social. Nos aspectos ambientais, o principal impacto à atividade da pesca artesanal é o assoreamento do Magé-Mirim, que em alguns pontos também apresenta lançamento de esgoto *in natura*. Outro importante dado de vulnerabilidade são os indícios de presença de organização do crime organizado no território,

que segundo os pescadores locais vêm proibindo a realização das festas do Camarão e do Caranguejo. Não foram identificadas organizações representativas dos pescadores artesanais destas comunidades, no entanto, na comunidade do Canal, uma peixaria local funcionava também como ponto de ingresso nas ações judiciais coletivas da AHOMAR.

4.2.4. Suruí

A comunidade de Suruí apresenta grande concentração de catadores e catadoras de caranguejo que exercem sua atividade nos mangues da região. Deve-se destacar a grande quantidade de mulheres que exercem a coleta do caranguejo. Com relação à pesca artesanal embarcada, o ponto de desembarque local, conhecido como Portinho, encontra-se instalado em uma propriedade privada, que também é residência do atravessador local. A comunidade de Suruí apresenta, entre as vulnerabilidades socioambientais, falta de pavimentação em algumas vias, concentração de residências em áreas de mangue e indício de ocorrência de violência urbana. Apesar destes aspectos, Suruí apresenta relativa concentração de equipamentos públicos, como escolas, equipamentos de saúde e segurança pública. A região também é atendida por serviço de trem da Supervia. Deve-se destacar que Suruí está localizada em uma Área de Proteção Ambiental (APA) ¹ de Uso Sustentável, no entanto, a Unidade de Conservação não possui Plano de Manejo. No que se refere a organizações sociais, foi identificada a Associação dos Caranguejeiros e Amigos do Mangue de Magé (ACAMM), presidida pela Sra. Márcia Regina dos Santos. Destaca-se que a comunidade de Suruí, foi aquela que teve maior participação nas atividades entre todas as comunidades participantes do diagnóstico, em muitos momentos com uma postura de embate para as questões relacionadas ao impacto das atividades das empresas petrolíferas na região. A inserção da comunidade de Suruí nas atividades teve como desdobramento a inclusão e participação de mulheres, principalmente catadoras de caranguejo, as quais são representativas e atuantes nesta comunidade. Destacou-se também pelos questionamentos com relação ao vazamento de 2000, e, principalmente, pela compreensão do processo de diagnóstico.

¹ Segundo o SNUC, área de 14.100 hectares.

4.3. Itaboraí

4.3.1. Itambi

A comunidade de Itambi não apresenta alto grau de tradicionalidade associado com a pesca artesanal. Esta situação está associada com o fato da inserção da comunidade numa zona de uso sustentável da APA de Guapimirim. De acordo com os pescadores artesanais e os catadores de caranguejo locais, a atividade só se tornou alternativa econômica a partir da criação da APA, em 1983, quando ocorreu também a proibição de corte de madeira do mangue, que era a principal atividade exercida pelos moradores do local. A madeira extraída do mangue, em Itambi, era revendida para pescadores de outras comunidades de Magé que utilizam a arte do curral. Atualmente, o perfil de ocupação residencial em Itambi é de baixo padrão, normalmente em áreas de várzea e sem estrutura para o escoamento de esgoto. Da mesma forma, faltam equipamentos públicos de educação, lazer e, principalmente, saúde, uma das principais demandas da comunidade. Adicionalmente, também foi registrada a ocorrência de violência urbana. No que se refere à organização social, apesar de concentrar apenas 58 pescadores e catadores de caranguejo, segundo os próprios pescadores locais, a comunidade possui duas associações representativas da categoria: a Associação de Pescadores de Itambi (Itapesca) e a Associação dos Caranguejeiros, Pescadores e Amigos de Itambi (ACAPESCA). Nenhuma das duas, no entanto, é bem avaliada pelos pescadores locais. De maneira similar ao que ocorre em Piedade, os pescadores de Itambi também apresentam conflito com o ICMBio, devido ao uso de violência física e simbólica na fiscalização ambiental e à falta de diálogo com a comunidade.

4.4. São Gonçalo

4.4.1. Núcleo Gradim (Gradim/Porto Novo, Praia das Pedrinhas/Boa Vista, Itaoca)

As comunidades agrupadas no Núcleo Gradim apresentam perfil de degradação socioambiental associado com o crescimento urbano desordenado. Ressaltam-se a concentração de aglomerados subnormais, ocupação residencial irregular às margens da Baía

de Guanabara, deficiência de serviços de saneamento básico e a presença de grupos do crime organizado no território, poluição do espelho d'água e assoreamento. A comunidade de Gradim, em específico, constitui-se como o principal desembarque pesqueiro artesanal na Baía de Guanabara, apresentando-se como entreposto comercial. Nesta comunidade, diariamente realiza-se o leilão do peixe. A circulação de pescadores artesanais neste local é intensa, no entanto, poucos residem de fato no Gradim, o local se caracteriza como um ponto de desembarque dinâmico e de atração de pescadores de diferentes localidades. Com relação à organização social, identificam-se no território a Associação dos Pescadores Livres do Gradim e Adjacências (APELGA) e a Colônia de Pesca Livre de São Gonçalo e Aquicultores Livres de São Gonçalo (COPALISG). Nenhuma das duas organizações, no entanto, goza de boa avaliação dos pescadores locais.

4.5. Niterói

4.5.1. Núcleo Ilha da Conceição (Chacrinha, Largo do Sol/Praça do Sol, Chatão/D.Zenaide)

Inseridas em uma área urbanizada, caracterizada por intenso uso industrial, sobretudo estaleiros, as comunidades pesquisadas na Ilha da Conceição apresentam a pesca artesanal atualmente apenas de forma residual. O perfil de uso e ocupação do solo identificado na Ilha da Conceição é fortemente caracterizado por indústrias dos setores de estaleiros, logística e P&G. Além disso, observa-se ainda a concentração de bolsões de aglomerados subnormais e outros indicadores de vulnerabilidade socioambiental, como carência de equipamentos de saúde (apenas um Posto de Saúde da Família para atendimento de toda a ilha), problemas relativos à falta de saneamento básico (pontos de lançamento de esgoto no espelho d'água) e assoreamento das áreas costeiras (não existem áreas de praia no entorno da Ilha da Conceição). Expostos à degradação ambiental, os pescadores artesanais da região buscam alternativas à atividade, como maneira de complementar a renda. Nesse sentido, os pescadores locais também são carentes de organização social, sendo que a única organização identificada foi a Associação de Pescadores do Chatão, localizada no ponto de desembarque Chatão/Dona Zenaide.

4.5.2. Jurujuba

A comunidade de Jurujuba é um importante balneário turístico do município de Niterói. Conhecida pelos restaurantes locais e pelas praias de Adão e Eva, a localidade é um dos destinos mais visitados no município da costa leste da Baía de Guanabara, segundo a empresa municipal de turismo. A principal atividade na comunidade é a maricultura, a maioria dedica-se ao cultivo do mexilhão, nas chamadas “plantações”. Os maricultores se organizam na Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba (ALMARJ), organização que possui o intuito de se tornar uma cooperativa. A pesca artesanal realizada em pequenas embarcações (caícos) acontece de maneira residual. As demais atividades realizadas no cais de Jurujuba são referentes à pesca industrial, através das armações de pesca. A comunidade apresenta o menor grau de vulnerabilidade socioambiental observado entre as comunidades diagnosticadas, apresentando equipamentos sociais, pavimentação e serviço de coleta de lixo.